



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

## **AS BASES NACIONAIS CURRICULARES E O PRINCÍPIO EDUCATIVO GRAMSCIANO: ANÁLISE DOS ESPAÇOS PARA A APRENDIZAGEM DA EMANCIPAÇÃO HUMANA - UMA REVISÃO DE ESTUDOS CIENTÍFICOS**

Hildegard Susana Jung, Balduino Antonio Andreola (orientador), Maria de Lourdes Pinto de Almeida (co-orientadora)  
Unilasalle; Unicamp

### **Resumo**

A pesquisa, de cunho bibliográfico, traz a revisão de estudos científicos dos temas Base Nacional Curricular; Princípio educativo gramsciano; Emancipação humana e educação; e legislação e hegemonia. 3.583 trabalhos foram observados e 30 analisados. Cinco versam sobre o tema da pesquisa.

**Palavras-chave:** Revisão de estudos científicos.

**Área Temática:** PPG Educação

### **1. Primeiras Palavras**

Este artigo, de natureza bibliográfica, tem o objetivo de apresentar os resultados da revisão de estudos científicos sobre os descritores de nosso projeto de Tese de Doutorado em Educação, a ser apresentado ao PPG do Centro Universitário La Salle. A primeira parte delimitou o campo do conhecimento científico, realizando esmerada busca em cinco reconhecidas plataformas digitais: *Scientific Electronic Library* - Scielo<sup>1</sup>, Capes Periódicos<sup>2</sup>, Capes Teses e Dissertações<sup>3</sup>, Biblioteca Digital da Faculdade de Educação da Unicamp<sup>4</sup> e Base de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>5</sup> (UFRGS). Em cada fonte de busca pesquisamos as categorias: “Base Nacional Curricular”; “Princípio educativo gramsciano”; “emancipação humana e educação”; e “legislação e hegemonia”, usando como filtro o período de 2005 a 2015 e o idioma português.

Na sequência, apresentamos os achados no “Quadro teórico”, com o teor dos trabalhos selecionados, tecendo um lastro teórico que se entrelaçará com o da pesquisa, fortalecendo-o.

### **2. Marco Teórico**

#### *2.1. Portal Scielo*

Neste portal, os primeiros temas geradores, “Base Nacional Curricular” e “Princípio educativo gramsciano”, não resultaram em nenhuma produção.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em 11.05.2016, às 23:31.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em 12.05.2016, às 22:37.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em 11.05.2016, às 21:29.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>. Acesso em 19.05.2016, às 07h05.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40513>. Acesso em 20.05.2016, às 13:08.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Passando à categoria “emancipação humana e educação”, utilizando o filtro de data e “SciELO Brasil”, tampouco retornou resultados. Entretanto, quando retiramos todos os filtros, apuramos 18 produções em periódicos, sendo 17 das ciências humanas e uma das ciências da saúde. Após leitura dos resumos, selecionamos três artigos para posterior análise, seguindo os critérios de aproximação teórica e/ou temática de nossa pesquisa. Para todas as produções acadêmicas selecionadas, utilizamos estes referidos critérios.

Para a palavra-chave “legislação e hegemonia”, após a remoção do filtro de data, tendo permanecido somente o limitador “SciELO Brasil”, a busca apurou sete artigos acadêmicos na área das ciências humanas. Realizada a leitura dos resumos, escolhemos dois. Desta maneira, a pesquisa no Portal SciELO detectou 25 produções para os três temas geradores, das quais selecionamos cinco, salvando-as em pasta virtual própria, para posterior análise.

### *2.2 Plataforma Capes Periódicos*

Na Plataforma Capes Periódicos, a pesquisa com o primeiro tema gerador – “Base Nacional Curricular” gerou 34 achados. Selecionamos dois artigos, pois os demais referiam-se a estudos curriculares de áreas específicas, como educação física, enfermagem, odontologia, entre outras.

Para a categoria “Princípio educativo gramsciano” somente obtivemos uma produção, não muito relevante para a pesquisa, pois está voltada à Educação Infantil. Desta maneira, retiramos a filtro de data, quando retornaram dois resultados de busca, e assim selecionamos um.

Com a terceira palavra-chave, “emancipação humana e educação”, mantivemos como filtro somente a data e o idioma. Desta forma, obtivemos 54 resultados, dentre os quais selecionamos três.

Para a categoria “legislação e hegemonia”, mantendo os filtros de ano de publicação e de idioma, apuramos dez produções, dentre as quais escolhemos somente uma.

### *2.3 Plataforma Capes Teses e Dissertações*

A busca com a primeira categoria, “Base Nacional Curricular”, gerou mais de cinco mil registros, de maneira que aplicamos o filtro “educação”, obtendo 2.417 produções acadêmicas. Após leitura minuciosa de todos os títulos e alguns resumos, selecionamos quatro pesquisas – três dissertações e uma tese. As demais detinham-se a recortes como o currículo dos cursos de pedagogia e várias licenciaturas; currículo inclusivo; currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o redesenho curricular do ensino Médio – Ensino Médio Inovador (ProEMI).

Os termos de busca “Princípio educativo gramsciano” retornaram 6.828 resultados. Filtrando por “educação”, localizamos 659 registros, dos quais separamos três dissertações.

O tema gerador “emancipação humana e educação”, retornou 80 trabalhos acadêmicos de diversas áreas, mas com o filtro ‘educação’ a plataforma apresentou 55 trabalhos, sendo 44 dissertações e 11 teses. Após a leitura dos resumos, separamos dois trabalhos, uma tese e uma dissertação.

A terceira palavra-chave, “legislação e hegemonia” gerou somente cinco resultados e apenas três destes pertencem à área da educação. O quarto vem do campo da Contabilidade e o quinto da Psicologia. Analisados os resumos, optamos por salvar em pasta virtual própria uma dissertação. Assim, a busca na Plataforma Capes Teses e Dissertações resultou num total de três trabalhos.

### *2.4 Banco de Dados da Faculdade de Educação da Unicamp*

Para a primeira categoria, “Base Nacional Curricular”, como realizamos a busca sem o uso de aspas, localizamos oito produções, caso contrário, não retornariam resultados. Não selecionamos nenhuma das pesquisas, posto que se referem a currículos específicos, como o da educação física e da educação infantil, não dialogando diretamente com nosso tema de investigação.

Pesquisando os termos “Princípio educativo gramsciano”, encontramos um resultado, mas este já havia sido localizado na base de dados da Capes Teses e Dissertações, sendo desconsiderado.

Na busca com a terceira palavra-chave, “emancipação humana e educação”, encontramos 20 documentos. Após leitura dos resumos, selecionamos dois, salvando-os em pasta virtual própria.

O tema gerador “legislação e hegemonia” retornou seis resultados, mas escolhemos somente um.

### *2.5 Repositório digital da UFRGS*



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Para a categoria “Base Nacional Curricular” apuramos 48 produções, mas nenhuma dialoga com nosso objeto de pesquisa, posto que mais uma vez dedicam-se ao estudo de currículos específicos como o dos cursos de farmácia, por exemplo, e a reformulação curricular do Ensino Médio.

Buscando “Princípio educativo gramsciano”, apuramos 39 trabalhos acadêmicos. Destes, após a leitura dos resumos, selecionamos uma dissertação.

Para as palavras-chave “emancipação humana e educação” os resultados apontam uma vasta produção científica na última década, com 107 achados, dos quais escolhemos dois.

O último tema gerador, “legislação e hegemonia”, também apurou uma rica safra de produções nos últimos dez anos: 96 resultados, dos quais escolhemos dois para a análise teórica que segue.

### 2.6 Quadro teórico

No portal Scielo selecionamos cinco artigos entre todos os descritores, posto que se aproximam do tema de pesquisa. O primeiro dedica-se ao debate sobre a concepção de educação popular na América Latina. Intitulado *Educação popular como resistência e emancipação humana*, é de autoria da professora da UFRGS Conceição Paludo. A autora explica que há um esforço em retomar o vínculo contra-hegemônico e de resistência entre a educação e os processos produtivos. Este debate acontece no interior do “quarto tipo de dominação dos países latino-americanos” (PALUDO, 2015, p. 228), que é como ela nomeia as pressões pelos ajustes estruturais exigidos por organismos internacionais. O estudo se aproxima do nosso tema, pois um dos objetivos específicos busca entender a influência dos organismos multilaterais na formulação das políticas públicas – o que Paludo (2015) denomina de “quarto tipo de dominação” -.

O artigo *Por uma pedagogia do equilíbrio*, de Gasque e Tescarolo (2008) critica a visão reducionista que transforma a pedagogia em um sistema de adestramento profissional. Apresenta uma cosmovisão, que alia experiência e razão, envolvendo a dimensão ética. O equilíbrio pedagógico está ligado à virtuosidade, no sentido da humanização. O professor desenvolverá a sabedoria prática (*phronêsis*) proposta por Aristóteles, essenciais ao que buscamos pesquisar, que é a aprendizagem da emancipação humana, educação e autonomia.

O tema do artigo de Caniato *et al* (2002) é a descrição de um projeto de pesquisa-intervenção com a população atendida pelo Núcleo Social Papa João XXIII e vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM). Semanalmente, acadêmicos e coordenação do curso de Psicologia da UEM levantam, junto à comunidade, suas demandas. A ação transformadora idealizada pelo projeto se dá na discussão das demandas, embasando-as em estudos teóricos, para posteriormente voltar a discuti-las com a população. Com o termo “protagonista da sua história” (CANIATO *et al*, 2002, p. 100), os autores se veem ante os desafios que as próprias políticas colocam para a população que, por vezes, “apenas executa o que lhe foi posto como sendo sua história e seu papel diante dela (CANIATO *et al*, 2002, p. 100-101). É fácil estabelecer uma relação entre o artigo com o que Gramsci denomina de *intelectual orgânico*, a inseparabilidade entre *homo faber* e *homo sapiens*.

Versando sobre o tema do desenvolvimento das universidades no Brasil, o artigo de Mancebo e Vale (2013), *Expansão da Educação Superior no Brasil e a Hegemonia privado-mercantil: o caso da Unesa*, analisa o caso particular da Universidade Estácio de Sá. Para os autores, o privatismo e o particularismo são elementos-chave da expansão da Educação Superior no Brasil. Chamando a atenção para os rumos privatistas da universidade, Mancebo e Vale (2013) usam a Unesa para discutir o atual momento “atrelado à crise do capitalismo mundial, ao modelo de educação terciária proclamado pelos organismos internacionais, à hegemonia neoliberal, que conduz à reforma do Estado brasileiro e a certa organização legislativa que favorece a privatização” (p. 83).

O último trabalho que destacamos do portal Scielo traz o título *O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado*. O artigo de Cunha (2007) coloca-se em contraponto ao estudo de Mancebo e Vale (2013), questionando a imagem da privatização da universidade como algo generalizado e contínuo. Neste sentido, Cunha (2007) entende que as novas formas de privatização surgem num movimento *para dentro da escola pública*, por intermédio da ação de “ONGs que substituem as funções inerentes às secretarias estaduais e municipais, a exemplo de reforma curricular, a capacitação de professores e até mesmo a atuação direta com os alunos fora das aulas propriamente ditas, quando se dá a extensão da jornada diária” (p. 824). Outro fenômeno ameaça esta lógica: a instituição estrangeira. Apesar de abordar a privatização por outro viés – o do



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

terceiro setor e o da internacionalização – Cunha (2007) e Macebo e Vale (2013) chegam a um denominador comum: a influência dos organismos multilaterais nas políticas públicas educacionais. Na plataforma Capes Periódicos, nossa seleção de todos os descritores contemplou sete produções acadêmicas. O artigo de Alves (2014) intitulado *Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum* discute as forças privatistas que enfatizam a universalização do ensino fundamental e médio prevista nas metas 2 e 3 do PNE 2004-2014, posto o curto espaço de tempo estabelecido para sua concretização. A outra questão é o cumprimento da meta 18, que prevê um piso nacional para os professores da educação básica pública. Alves (2014) questiona o conceito de BNC e pondera a dificuldade de formulá-lo, devido à diversidade e à complexidade do seu contexto. A seguir, interroga sobre a necessidade de uma BNC, ainda que prevista na LDB de 1996. Sob o título *Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação*, o artigo de Macedo (2014), debate o estabelecimento da BNC como um movimento hegemônico de regulação, que se baseia na avaliação moldada por paradigmas privados de gestão. A autora argumenta que as iniciativas em prol de uma BNC remontam ao início dos anos de 1980, de maneira que a LDB de 1996 somente veio a consolidar esta demanda já existente. Neste mesmo ano (1996), diz Macedo (2014, p. 1532), “a versão final dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), revista após consulta à comunidade acadêmica, foi encaminhada pelo MEC ao CNE com a pretensão de que fosse ratificada como diretrizes curriculares nacionais”. Entretanto – continua a autora -, devido às inúmeras críticas aos PCNs, o Conselho optou por “[...] elaborar diretrizes curriculares mais gerais e manter os PCN como alternativa curricular não obrigatória” (MACEDO, 2015, p. 1533). No que diz respeito aos sentidos que a autora atribui à BNC, cita: a) conteúdos socialmente elaborados; b) direitos de aprendizagem e desenvolvimento; c) expectativas de aprendizagem; d) padrões de avaliação. “Está em curso a construção de uma nova arquitetura de regulação e nela os sentidos hegemônicos para a educação de qualidade relacionados à possibilidade de controle do que se irá ensinar e aprender” (MACEDO, 2014, p. 1549).

A tese de González (1990) apresentada à Unicamp sob o título *A dimensão pedagógica do Marxismo na obra de Mário Manacorda* pondera como finalidade da educação uma escola unitária articulada com a proposta de trabalho produtivo. Constata, porém, uma ruptura entre estruturas educativas e produtivas. A aproximação com nossa pesquisa está na educação voltada “para a formação do homem completo, prática pedagógica que requer a organização, a disciplina, a consciência e a vontade daqueles envolvidos na efetivação desta necessidade” (GONZÁLEZ, 1990, p. 70).

A dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina por Rafael Bianchi Silva, em 2008, intitulada *Autonomia e formação humana: trajetórias educativas*, discute a autonomia como um dos principais componentes da formação humana que se dá por meio do processo educativo. Neste contexto, o autor insere a questão do reconhecimento do Outro. Com relação às diferenças, esclarece: “Encontramos o grande problema da educação escolar: ela enxerga Um onde há Dois. Educar para a autonomia pressupõe conceber “o ser humano enquanto potência de saberes” (SILVA, 2008, p. 161), a interagir com o diferente como forma de autoconhecimento.

A tese de Antonio Carlos de Souza, defendida em 2007 na Unicamp sob o título *Fundamentos da ética marxista: a crítica radical da sociedade capitalista e as mediações políticas para a construção da emancipação humana*, reflete a totalidade do ser e do existir do homem histórico, social, concreto, ligado a sua unilateralidade. Partindo da filosofia hegeliana, o autor chega ao marxismo, que fundamenta suas concepções. Encontramos um ponto comum em nossas reflexões, posto que nosso suporte teórico está no marxismo gramsciano.

Apresentada em 2009 à PUC/RS sob o título *Educar para a solidariedade – o significado e a manifestação de uma nova consciência*, a tese de Elisabeth Garcia Costa tem em Gramsci um de seus referenciais teóricos. Na concepção da autora, a expansão da consciência consiste em uma forma de assunção da cidadania, formando uma geração de educadores humanos e solidários. Em contraponto à competitividade da vida atual, Costa (2009) coloca a emancipação, a competência e a solidariedade, apontando para uma rede de cooperação que poderá pensar a racionalidade da escola a partir da ética das relações como estratégias de interação e de troca.

O último trabalho selecionado nesta plataforma de busca, trata-se de um artigo intitulado *O plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001*. De autoria de Jorge Fernando Hermida e publicado na Revista Educar (Curitiba), em 2006, traz reflexões sobre o processo hegemônico que



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

envolveu as reformas educacionais brasileiras no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000 e, neste bojo, o PNE 2001-2011. Ainda que se refira a um PNE já superado, posto que o atual Plano é o 2014-2024 (Lei 13.005/2014), o debate neste estudo gira em torno dos sujeitos políticos e dos pressupostos axiológicos que geraram a proposta. Os políticos eleitos e não o coletivo dos trabalhadores em educação acabaram incumbidos de “aprovar ou modificar as diretrizes e metas educacionais do ambiente restrito do Congresso Nacional” (HERMIDA, 2006, p. 254).

Da plataforma Capes Teses e Dissertações, selecionamos dez produções, sendo oito dissertações e duas teses. Começamos citando a dissertação de Becker (2015), apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob o título *Do Programa Mais Educação à Educação Integral: O currículo como movimento indutor*. A autora analisa a indução ao currículo integral proporcionada pelo programa Mais Educação, sob o âmbito pedagógico. Nesta pesquisa, interessa-nos a historicização sobre a educação brasileira enquanto política pública social.

No ano de 2015, Elana Costa apresentou ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro sua dissertação intitulada *Referenciais curriculares para o ensino fundamental da rede municipal de educação de Niterói: Diálogos multiculturais e possibilidades na prática pedagógica*. A pesquisa buscou compreender a visão dos professores municipais sobre um documento curricular por eles elaborado: os Referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental. O trabalho de Costa (2015) nos interessa porque traz não somente a visão docente do processo curricular mas também a narrativa das tensões e desafios dos protagonistas da implementação de um documento como este. Neste sentido, a autora reconhece que ainda precisamos alcançar avanços maiores na proposição de currículos multiculturais e na prática docente.

A provocação trazida pela tese de Peres (2016), apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina começa pelo título da pesquisa: *Currículo e emancipação: uma articulação possível?* Ancorando-se nas Teorias Curriculares Críticas (Michael W. Apple e Henry Giroux), a autora busca uma articulação entre currículo e emancipação, tendo como pano de fundo a teoria marxiana. Segundo Peres (2016), a emancipação, “está fundada em uma noção de esclarecimento e conscientização como mediação fundamental à concretização da mudança social e da igualdade econômica, não ultrapassando, portanto, de uma perspectiva de emancipação política (p. 13-14)”.

A dissertação de Lima (2015) também apresentada à UFSC igualmente aborda a educação integral, mas seu enfoque está em um projeto denominado Escola Pública Integrada, adotado por quatro municípios catarinenses. Tendo como título *Movimentos de mudança curricular nas experiências de educação integral em redes e escolas públicas de Santa Catarina*, analisou as diretrizes curriculares do referido projeto, observou e entrevistou envolvidos em seu processo e buscou contemplar a relevância social do debate sobre a educação integral no Brasil.

No ano de 2014, Cardoso apresentou à Universidade Federal de São Carlos sua dissertação sob o título *Catarse e educação: contribuições de Gramsci e o significado na pedagogia histórico-crítica*. A aproximação com nossa pesquisa está na fundamentação teórica em Gramsci. Além de buscar o conceito de ‘catarse’ na obra de Gramsci e incorporá-la à Pedagogia Histórico-Crítica, o autor realiza uma incursão a esta pedagogia, articulando-a com o materialismo histórico-dialético. A pesquisa inclui entrevista com o professor Dermeval Saviani, da Unicamp, um dos pioneiros na teoria gramsciana no Brasil (1970), historicizando a apropriação de Gramsci pelos educadores brasileiros. Com o título *Processos educativos e emancipação: a visão dos educadores sociais sobre suas práticas*, Menezes (2015) apresentou sua dissertação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. A autora buscou na representação dos próprios docentes a possibilidade de sua prática constituir-se emancipatória. Além de seu viés epistemológico no materialismo histórico-dialético, analisa a sociedade e suas contradições estruturais sob a perspectiva histórico-cultural.

Apresentada à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a dissertação de Machado (2014), com o título *A “justiça curricular” a partir das noções de democracia, cidadania e inclusão social: estudo de documentos curriculares produzidos na última década do século XX e primeira do século XXI*, realiza um mapeamento e análise sobre os conceitos que adquirem a democracia, a cidadania e a inclusão social na ciência jurídica, social e na educação. Investiga a figuração destas ideias nos documentos curriculares nacionais e locais, ponderando se é possível que proponham uma ideia de justiça curricular, posto que uma parte do princípio que os referidos conceitos – democracia, cidadania e inclusão social – são os mesmos que embasam os Direitos Fundamentais. O direito



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

fundamental que refere a autora é o direito à educação. Os conceitos, diz, não adquirem sentido político na escrita curricular, dificultando que ser trabalhados pela ótica da educação emancipatória. Continuamos com a dissertação de Magda Maria de Marchi Ferreira, intitulada *Educação escolar: atividade essencial no processo de formação e emancipação humana* e apresentada à Universidade Estadual de Maringá em 2011. A pesquisa reflete sobre a possibilidade de a educação escolar funcionar como mediadora na formação do ser humano emancipado. A autora trilha um caminho epistemológico, filosófico e metodológico próximo ao nosso: “a reafirmação de um pensamento crítico, radical e de conjunto, o materialismo histórico e dialético” (FERREIRA, 2011, p. 7).

O próximo trabalho selecionado nesta fonte de busca caminha na mesma linha metodológica e filosófica da dissertação descrita no parágrafo anterior. Além disso, a dissertação de Wildiana Kátia Monteiro Jovino, apresentada à Universidade Estadual do Ceará, também em 2011, sob o título *Trabalho, educação e a atual política de formação docente no Brasil: uma análise à luz da crítica marxista*, analisa a relação ontológica entre trabalho e educação. Paralelamente, acrescenta a política de formação docente, ponderando a educação a distância como um aliado.

A tese de Lianna de Melo Torres, intitulada *A contra-hegemonia na formação de educadores do campo: uma análise sobre o curso de Pedagogia da Terra*, apresentada em 2012 à Universidade Federal de Sergipe traz contribuições de Gramsci, como a de intelectual orgânico ou ‘intelectuais de novo tipo’, a concepção de revolução passiva, a perspectiva de escola unitária e escola do trabalho. Esta, na visão de Gramsci, segundo a autora, condiz com uma concepção “capaz de ensinar valores humanistas, contrária à educação que discrimina e classifica” (TORRES, 2012, p. 48).

Passando à descrição dos três trabalhos apurados na Biblioteca Digital da FE-Unicamp, a tese de Lisete Jaehn (2011) desperta especial interesse, pois se dedica aos estudos curriculares brasileiros. Intitulada *Conhecimento e poder na história do pensamento curricular brasileiro*, identifica três distinções epistemológicas “na história do pensamento curricular brasileiro: controle social (explícito e implícito), controle social crítico ou dialético, e regulação social” (JAEHN, 2011, p. 8).

A tese de Roberto Lião Junior (2013) apresentada à Unicamp realiza ancoragem teórica em Gramsci, balizando neste autor sua concepção de Estado, sociedade civil e hegemonia. Sob o título *Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de esporte e lazer: a experiência do consórcio Brasília*, analisa a política do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Distrito Federal pelo viés da democratização da política e do controle social, numa perspectiva contra-hegemônica. Neste sentido, Lião Junior (2013) esclarece que, na teoria gramsciana, a opinião pública é o ponto de comunicação entre a sociedade civil e a sociedade política, o consenso e a força. Neste contexto, o autor insere o conceito de intelectual orgânico, no sentido de agir contra-hegemonicamente, operando na sociedade civil de maneira pedagógica.

A tese intitulada *O trabalho como princípio educativo do ensino*, de autoria de José Luiz Zanella (2003) está atrelada aos escritos de Gramsci, reafirma os postulados da filosofia da práxis e requer uma formação tecnológica, omnilateral, de emancipação social e humana. Mediado pelo trabalho como princípio educativo, o ensino do concreto se dá como uma atividade ‘no’ e ‘do’ pensamento.

O último banco de dados pesquisado foi o repositório digital da UFRGS, de onde escolhemos cinco produções. A primeira é a dissertação de Josiane Machado Alexandre (2015), da UFRGS, sob o título *Reestruturação curricular: estudo de casos múltiplos sobre a implantação do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul*. A aproximação com nosso tema está no assunto *currículo*, mas principalmente na fundamentação teórica, em Gramsci. Neste sentido, a autora entende a reestruturação do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (RS), o qual introduziu o Ensino Médio Politécnico, como uma tentativa de conciliar a história da dualidade entre educação e trabalho no Brasil. Neste contexto, insere o conceito de escola unitária de Gramsci “pois significa a união da formação teórica, intelectual, à formação prática, ligada ao trabalho” (p. 72). Esta é a base da proposta do Ensino Médio Politécnico no RS, articulando as “áreas do conhecimento com os eixos: cultura, ciência e tecnologia, tendo o trabalho como princípio educativo” (ALEXANDRE, 2015, p. 75).

O artigo publicado na revista *Educação*, da Unisinos, em 2009, por Marcelo Baquero e Rute Vivian Ângelo Baquero, traz um trocadilho significativo e criativo no título *Os limites da democracia: quando a política (des)educa e a educação (des)politiza*. Seu lastro teórico dialoga com o de nossa pesquisa, entre cujos autores podemos citar Dermeval Saviani, Pablo Gentili, Evelina Dagnino e os próprios autores do artigo. O estudo analisa os dilemas contemporâneos da democracia latino-americana,



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

evidenciando o vínculo entre educação e política e como elas têm influenciado a construção desta democracia. “O Congresso não é visto pela maioria da população como seu legítimo representante, a despeito de ter sido por ela eleito” (BAQUERO e BAQUERO, 2009, p. 257).

O artigo de Misoczky, Moraes e Flores, intitulado *Bloch, Gramsci e Paulo Freire: referências fundamentais para os atos da denúncia e do anúncio* foi publicado em 2009, na revista *Cadernos Ebape.br*. A análise segue o viés de organização e práxis libertadora. Passando pela concepção gramsciana de inseparabilidade da filosofia científica e filosofia vulgar, Misoczky, Moraes e Flores (2009) chegam ao conceito de intelectual orgânico, esclarecendo que as atividades econômicas não existem sem atividades intelectuais que possibilitam um nível de coerência e de consciência.

O artigo de Ribeiro e Antonio, publicado nos Anais do XXIII Simpósio Brasileiro da Anpae em 2007, intitulado *Estado e educação: questões às políticas de educação no campo*, analisa as experiências da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilândia e do Instituto de Capacitação de Pesquisa da Reforma Agrária pelo viés dos movimentos sociais populares do campo e da educação na sociedade atual. A aproximação com nossa pesquisa se encontra no lastro teórico em Gramsci e a concepção de hegemonia para realizar a referida análise. Segundo seu entendimento, “[...] a hegemonia é numa relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política de disputa à qual os movimentos sociais populares do campo praticam em sociedade” (RIBEIRO e ANTONIO, 2007, p.10).

Para terminar este quadro teórico, registramos a comunicação de Ana Zandwais nos Anais do XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística em 2004, sob o título *Diretrizes curriculares sobre o Ensino Médio no Brasil: ressonâncias interdiscursivas entre os Planos Nacionais de Educação dos governos Vargas e FHC*. Interessa-nos o contexto histórico do desenvolvimento da atual Base Curricular, bem como de seus antecedentes trazido pela autora. Zandwais (2004) encontrou que os PCNs do Ensino Médio parafraseiam saberes da Era Vargas, na medida em que tentam priorizar as classes menos favorecidas economicamente, ampliam a oferta do ensino público e fortalecem o caráter nacionalista. Na mesma direção, sua elaboração é realizada por especialistas porta-vozes ministeriais e, mais uma vez, o trabalhador da educação que atua em sala de aula não tem sua opinião contemplada.

### 3. Metodologia

A delimitação do campo do conhecimento é a melhor maneira, segundo Gil (2008), de o pesquisador inteirar-se sobre o que o mundo acadêmico vem investigando a respeito do seu objeto de estudo. Este tipo de trabalho apresenta componentes quantitativos e qualitativos, uma vez que se baseia em porcentagens e tabelas com os trabalhos apurados por banco de dados. Qualitativamente, construímos um quadro teórico com uma síntese das ideias contidas em cada produção selecionada e as aproximações com nosso tema de pesquisa. Alguns estudiosos chamarão este tratamento de dados de qualiquantitativo, pois como esclarece Kirschbaum (2013) “Vários autores sugerem que essas abordagens não são excludentes e que o pesquisador deve adotar uma postura flexível, considerando uma possível integração entre pesquisas quanti e quali” (p. 181).

Para a construção desta seção quantitativa/qualitativa, como já referimos, consultamos cinco reconhecidas plataformas digitais, cujos resultados são apresentados por seções, uma para cada de banco de dados. As palavras-chave inseridas para a busca foram sempre as mesmas: “Base Nacional Curricular”; “Princípio educativo gramsciano”; “Emancipação humana e educação”; e “legislação e hegemonia”. Quando da aplicação de algum filtro especial, além do limitador de data (últimos dez anos) e de idioma (português), sempre alertamos ao leitor no decorrer da narrativa.

### 4. Palavras Finais

A presente Revisão de Estudos Científicos possibilitou-nos visualizar um claro panorama a respeito do que vem sendo pesquisado sobre o nosso tema, que orbita em torno das Bases Nacionais Curriculares enquanto política educativa, vista pela perspectiva do princípio educativo gramsciano.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

A partir da análise dessas 30 produções científicas alcançamos traçar um robusto panorama conceitual e teórico sobre os descritores da pesquisa: “Base Nacional Curricular”; “Princípio educativo gramsciano”; “Emancipação humana e educação”; e “legislação e hegemonia” a partir de cinco respeitadas repositórios digitais acadêmicos – o portal Scielo, Capes Periódicos, Capes Teses e Dissertações, Biblioteca Digital da Faculdade de Educação da Unicamp e Base de dados da UFRGS -. Entre os 3.583 trabalhos encontrados e observados, e entre os 30 analisados, encontramos o seguinte panorama:

a) Os temas mais recorrentes foram: a organização curricular do ensino médio ou curso / projeto / programa específico; a influência dos organismos multilaterais sobre a educação e as políticas públicas educacionais; (auto)emancipação e autonomia; hegemonia neoliberal e contra-hegemonia;

b) Apesar de a categoria “Base Nacional Curricular” ter sido a que mais gerou resultados - 70% (2.507 produções do total de 3.583 trabalhos) -, devido aos buscadores estarem sem aspas (caso contrário, não gerariam resultados), somente dois trabalhos dedicam-se à discussão sobre a Base Nacional Curricular e outros três discutem as características do currículo escolar brasileiro de uma maneira geral. Se considerarmos estes últimos juntamente aos outros dois, teremos a reduzida porcentagem de um pouco mais de 1% das produções versando sobre nosso tema de pesquisa – BNC - e nenhum destes estabelecendo uma relação direta com o princípio educativo gramsciano;

c) Oito produções possuem ancoragem teórica em Gramsci, destacando temas como: o processo de catarse como prática educativa coletiva e transformadora da condição econômica e social; o intelectual orgânico ou de novo tipo; a escola unitária; a contra-hegemonia; o trabalho como princípio educativo e a filosofia da práxis (ainda com influências de Marx);

d) Somente um<sup>6</sup> trabalho estabelece relação entre currículo e princípio educativo gramsciano. Ainda assim, este currículo se refere ao do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul e não à BNC. Desta maneira, a construção desta Revisão de Estudos Científicos motivou-nos no sentido de pretender contribuir com produção de conhecimento original acerca do problema de pesquisa, qual seja: “Até que ponto as Bases Nacionais Curriculares oferecem espaços para a aprendizagem da emancipação humana na perspectiva do princípio educativo gramsciano?” Ainda que não se esgotem nela todas as possibilidades de reflexão e de teorização, o que é certo, levantamos aqui um pequeno fio de uma grande malha de estudos que poderá se formar futuramente sobre o tema. Agora temos a tranquilidade de construir nosso referencial teórico em torno da tese que defendemos de que as BNC ora oferecem, ora não oferecem espaços para a emancipação humana, uma vez que, na maioria das vezes, o espaço é ocupado pela regulação em detrimento da autonomia.

## Referências

ALEXANDRE, Josiane Machado. **Reestruturação curricular**: estudo de casos múltiplos sobre a implantação do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 174f. UFRGS. Porto Alegre, 2015.

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP, v. 12, n. 03 p. 1464 – 1479, out./dez. 2014.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO; Rute Vivian Ângelo. Os limites da democracia: quando a política des(educa) e a educação (des)politiza. **Revista Educação**, vol. 13, n. 3, p. 255-263.

BECKER, Paula Cortinhas de Carvalho. **Do Programa Mais Educação à Educação Integral**: O currículo como movimento indutor. Dissertação (Mestrado em Educação). 158f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

---

<sup>6</sup> A dissertação de Mestrado de Josiane Machado Alexandre, apresentada em 2015 ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, sob o título *Reestruturação curricular: estudo de casos múltiplos sobre a implantação do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul*.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

CANIATO, Angela; RODRIGUES, Adriana; SILVA, Juliana; QUILICE, Karina; SANTOS, Lara; CORAZZA, Luis Fernando; CASTRO, Mateus; CASTRO, Michele; REIS, Nilce; SALES FILHO, Orivaldo; FERNANDEZ, Pierre; BORGES, Sheila. Phoenix: A ousadia do renascimento da subjetividade cidadã. **Psicologia & Sociedade**; 14 (2): 95-132; jul./dez.2002.

CARDOSO, Mario Mariano Ruiz. **Catarse e educação**: Contribuições de Gramsci e o significado na Pedagogia Histórico-Crítica. Dissertação (Mestrado em Educação). 218f. Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Sorocaba, 2014.

COSTA, Elana Cristiana dos Santos. **Referenciais curriculares para o ensino fundamental da rede municipal de educação de Niterói**: Diálogos multiculturais e possibilidades na prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação). 148f. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Elisabeth Garcia. **Educar para a solidariedade – o significado e a manifestação de uma nova consciência**. Tese (Doutorado em Educação). 214f. Faculdade de Educação. PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.

FERREIRA, Magda Maria de Marchi. **Educação escolar**: atividade essencial no processo de formação e emancipação humana. Dissertação (Mestrado em Educação). 141f. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Por uma pedagogia do equilíbrio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 139-150, jan./abr., 2008.

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. **A dimensão pedagógica do Marxismo na obra de Mario Manacorda**. Tese (Doutorado em Educação). 271f. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 1990.

HERMIDA, Jorge Fernando. O Plano Nacional de Educação (lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001). **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 239-258, 2006. Editora UFPR

JAEHN, Lisete. **Conhecimento e poder na história do pensamento curricular brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação). 238f. Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 2011.

JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro. **Trabalho, educação e a atual política de formação docente no Brasil**: uma análise à luz da crítica marxista. Dissertação (Mestrado em Educação). 175f. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **RBCS**, Vol. 28 n° 82 junho/2013.

LIÁO JUNIOR, Roberto. **Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer**: A experiência do Consórcio Brasília. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Unicamp. Campinas, 2014.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

LIMA, Edilene Eva de. **Movimentos de mudança curricular nas experiências de educação integral em redes e escolas públicas de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Educação). 180f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, Programa de Pós-graduação Educação: Currículo. PUC/SP, v. 12, n. 03 p.1530 – 1555, out./dez. 2014.

MACHADO, Wilcelene Pessoa dos Anjos Dourado. **A “justiça curricular” a partir das noções de democracia, cidadania e inclusão social:** estudo de documentos curriculares produzidos na última década do século XX e primeira do século XXI. Dissertação (Mestrado em Educação) 177f. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2014.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da Educação Superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: O caso da UNESA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, jan.-mar. 2013.

MENEZES, Maria Cecília Kerches. **Processos educativos e emancipação:** a visão dos educadores sociais sobre suas práticas. Dissertação (Mestrado em Educação). 157f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro. Rio Claro, 2015.

MISOCZKY, Maria Cecy Araujo; MORAES, Joysi; FLORES, Rafael Kruter. Bloch, Gramsci e Paulo Freire: referências fundamentais para os atos da denúncia e do anúncio. **Cadernos Ebape.br**, vol. 7, n. 3, artigo 4, p. 448-471.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PERES, Elisandra de Souza. **Currículo e emancipação: uma articulação possível?** Tese (Doutorado em Educação). 380f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

RIBEIRO, Marlene; ANTONIO, Clésio Acilino. Estado e educação: questões às políticas de educação no campo. Comunicação - **Anais** do XXIII Simpósio Brasileiro – V Congresso Luso Brasileiro – Colóquio Ibero-americano da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração Escolar – **ANPAE**. Porto Alegre, 2007. 16 p.

SILVA, Rafael Bianchi. **Autonomia e formação humana:** trajetos educativos. Dissertação (Mestrado em Educação). 180f. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008.

SOUZA, Antônio Carlos. **Fundamentos da ética marxista:** a crítica radical da sociedade capitalista e as mediações políticas para a construção da emancipação humana. Tese (Doutorado em Educação) 178f. Faculdade de educação – Unicamp. Campinas, 2007.

TORRES, Lianna de Melo. **A contra-hegemonia na formação de educadores do campo:** uma análise sobre o curso de Pedagogia da Terra. 151f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

ZANDWAISS, Ana. Diretrizes curriculares sobre o Ensino Médio no Brasil: ressonâncias interdiscursivas entre os Planos Nacionais de Educação dos governos Vargas e FHC. Comunicação – **Anais do XIX Encontro Nacional da Anpoll** – Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística.

ZANELLA, José Luiz. **O trabalho como princípio educativo do ensino.** Tese (Doutorado em Educação) 319f. Departamento de Filosofia e História da Educação – Unicamp. Campinas, 2003.